

EFOLP/366



conversando com

OCTÁVIO PATO

... "a nossa luta, por mais difícil que seja, é uma luta em prol dos interesses da classe operária, do povo português, da nossa Pátria" ...

<https://arquivo-abm.madeira.gov.pt/details?id=1334627>

ABM

ARQUIVO REGIONAL E
BIBLIOTECA PÚBLICA DA MADEIRA

OCTÁVIO PATO

51 anos de idade • Trabalhador desde os 14 anos • Membro da Juventude Comunista aos 15 anos e do PCP aos 16 • Participa activamente na organização das greves de 8 e 9 de Maio de 1944 • Com 20 anos passa à clandestinidade • É um dos fundadores e grande impulsionador do MUD Juvenil • Em 1949 é membro do CC do PCP e mais tarde do Secretariado • Em 1957 apresenta ao V.º Congresso do PCP relatórios sobre os problemas da Juventude e o Programa do Partido • Preso em 1961 resiste corajosamente às torturas da Pide • Passou 9 anos na cadeia • Libertado em fins de 1970, na sequência de um grande movimento de solidariedade a nível nacional e internacional, integrou-se de novo na luta • Em 25 de Abril de 1974 encontrava-se em Portugal na clandestinidade, sendo membro do Secretariado e da Comissão Executiva do Comité Central • Em Outubro de 1974 apresentou ao VII Congresso (Extraordinário) do PCP um relatório sobre a composição dos organismos dirigentes do Partido • Dirigiu o grupo parlamentar do PCP na Assembleia Constituinte • É deputado à Assembleia da República •

O texto que a seguir apresentamos foi extraído da gravação de uma entrevista concedida por Octávio Pato à Secção de Informação e Propaganda do PCP no dia 29 de Maio de 1976.

Edição da SIP do PCP — Junho de 1976

ABM

ARQUIVO REGIONAL E
BIBLIOTECA PÚBLICA DA MADEIRA

Octávio Floriano Rodrigues Pato nasceu em 1925, na aldeia de S. João dos Montes, situada entre Vila Franca de Xira e Alhandra, cuja população, nessa época, se compunha exclusivamente de pequenos proprietários rurais e assalariados agrícolas. Pouco tempo após o seu nascimento, os pais foram morar para Vila Franca.



OS ANOS JUVENIS. A APRENDIZAGEM DA VIDA E A INICIAÇÃO POLÍTICA

Tive uma infância normal, como a de tantas outras crianças da minha condição, decorrida entre o convívio com os meus irmãos e a afeição de meus pais. Enquanto andei na escola era frequente ir para a quinta que meu pai tinha alugado e, juntamente com os meus irmãos, participar nos trabalhos da lavoura, nas vindimas, no pastoreio dos carneiros ou do porco (quando havia algum).

Depois de fazer o exame de instrução primária, passei a estar inteiramente ocupado, até aos 14 anos, com os trabalhos agrícolas na fazenda que meu pai tinha arrendado: poda da vinha (vergar da

vide, para ser mais exacto, já que podar era difícil para a minha idade), apanha da azeitona, da fruta, enfim toda aquela lida da lavoura própria de uma pequena propriedade de cultura intensiva.

Sobre as circunstâncias históricas que envolveram a época da minha infância e o lugar onde decorreu, recordo-me bem da Guerra Civil de Espanha e da recolha, na minha terra, de géneros, fundos e outros auxílios para os franquistas. Também me lembro das fardas, dos exercícios e dos acampamentos da Mocidade Portuguesa, a que todos os jovens da minha idade escolar eram obrigados a pertencer.

Aos 14 anos, punha-se para Octávio, como para qualquer outro jovem da sua classe social nessa idade, o problema do futuro. Iria continuar a trabalhar no campo? Iria procurar um emprego? Por mero acaso, conhece o dono de uma sapataria de Vila Franca, que simpatiza com ele e sugere ao pai de Octávio que o rapaz vá trabalhar para o seu estabelecimento.

A sapataria, além da loja, tinha uma oficina de acabamentos e de calçado por medida. Comecei a trabalhar lá em 1939, precisamente no dia em que fiz 14 anos. Passei a ser, não só empregado de balcão, mas principalmente acabador e ajudante de corte.

O trabalho na sapataria, embora se tratasse de uma pequena empresa, sem grande concentração de operários, mas que envolvia mesmo assim a ocupação de dezenas de pessoas, começou a dar-me — habituado como estava a trabalhar apenas na quinta do meu pai — novas perspectivas da vida e do mundo.



Octávio aos 16 anos com pais e irmãos

Poucos meses depois da entrada de Octávio para a sapataria, rebenta a Segunda Guerra Mundial. O problema da guerra, o contacto com outros jovens de espírito idealista e sentimentos puros, próprios de todos os adolescentes, independentemente da sua origem familiar, levam-no a pôr-se do lado dos aliados contra a barbárie nazi. Por essa época, Octávio e os seus companheiros, no convívio diário, procuram algo ainda indefinido no seu espírito, sentem a necessidade de alguma coisa que começasse a dar sentido às suas jovens vidas. E decidem fazer um jornal.



No "placard" do Rossio as primeiras notícias sobre o deflagrar da guerra.

O jornal era o "Querer é Poder", feito por nós próprios à mão, em folhas de papel quadriculado. Tinha a curiosa particularidade de ser clandestino. Os artigos não eram assinados com os nomes dos autores, mas com pseudónimos. Por razões de autodefesa difíceis de explicar, o jornal só era conhecido do grupo de jovens que o liam e faziam. Quem não fizesse parte do grupo não estava autorizado a lê-lo. É evidente que não procedíamos assim por instinto de vocação política. A ideia do jornal e a clandestinidade da sua confecção e difusão foi-nos inspirada pela leitura de um dos livros do meu irmão mais velho, que nessa altura já estava ligado ao Partido Comunista Português. Ora sucede que na gaveta onde ele guardava os livros — daqueles livros proibidos de circular em Portugal e que eu lia muitas vezes sem

ele saber — havia "A Mãe", de Máximo Gorki. Esse livro, para o grupo de jovens com quem eu convivia, foi a abertura de um horizonte completamente diferente na nossa vida. Foi a leitura desse livro que nos levou a fazer qualquer coisa — a fazer precisamente o "Querer é Poder".

Em pouco tempo, o grupo do jornal abrangia já um conjunto de dezenas de jovens entre os 14 e os 18 anos, constituindo um núcleo fortemente ligado, de tal modo que começámos a organizar festas e passeios colectivamente.

Certo dia em que eu estava a ler o nosso jornal, o meu irmão aproxima-se e pergunta-me o que era aquilo. "Não tens nada com isso", respondi. Mas como ele insistisse e mostrasse muito interesse na leitura do "Querer é Poder", a título excepcional lá autorizei que ele o levasse. Ora bem, o meu irmão

foi mostrar o jornal ao Dias Lourenço, que nessa altura já era o responsável pela organização local do Partido em Vila Franca. Quando viram aquilo, procuraram saber o que se passava e conversaram comigo. Viram logo que estava ali uma organização já constituída. A organização estava realmente constituída, e foi assim que entrámos em bloco na Federação da Juventude Comunista.

Não entraram imediatamente as três dezenas de jovens do grupo porque nem todos reuniam as condições necessárias, mas assinala-se que o núcleo dirigente do "Querer é Poder" entrou todo e passou a constituir o Comité Local de Vila Franca

de Xira da Federação das Juventudes Comunistas. Quase todos os elementos que compunham esse núcleo dirigente vieram a ser mais tarde funcionários do Partido. É o caso do António Tavares, operário da Fábrica de Cimento Tejo, que morreu em consequência dos maus tratos e de ter contraído a tuberculose na cadeia; do António Lopes, operário carpinteiro, (que foi preso em 49, numa tipografia do «Avante!», pouco antes da prisão de Álvaro Cunhal), e da sua companheira, Mercedes Ferreira, irmã da Georgette e da Sofia, que também faziam parte do grupo, assim como o escritor Jorge Reis, actualmente radicado em Paris.

Aquilo de que Octávio e companheiros andavam à procura, sem saber que existia, já existia, e quando os encontrou fez tudo o que devia fazer: "agarrou-os". A primeira tarefa que lhes é dada, como militantes da F.J.C.P., para além da organização da própria Federação a nível regional, orientou-os para uma actividade de massas no seio das colectividades de recreio, e é assim que se lançam à criação de uma biblioteca no Ateneu Vilafranquense. Entretanto, para enfrentar as despesas dessa e de outras iniciativas, começam a organizar bailes, festas e saraus culturais.

Sindicato Nacional dos Caixeiros do Distrito de Lisboa
SEDE — Avenida da República, 29 — Telefone N.º 5 0473
Filiado N.º 12905
Ex.º Sr. *Octávio Floriano Rodrigues Pato*
Caixeiro *de Balcão*
Secção Técnica de *Sapataria*
O Presidente *Henrique José* O Secretário *Agostinho*
Assinatura do Filiado *Octávio Pato*
Este bilhete serve para fazer reconhecer a qualidade e direitos do sócio portador e é pessoal e intransmissível.

Cartão sindical de Octávio Pato

Foi assim que nós, jovens sem instrução (estudantes havia apenas um, o Jorge Reis, todos os outros eram trabalhadores e a maioria nunca lera um romance ou um livro de poemas), começámos a organizar espectáculos de poesia e declamação em que participávamos activamente como declamadores. Eu também, naturalmente. Declamei mais do que um poema nessas festas, nomeadamente de Mário Dionísio. Organizámos também exposições de vários tipos, e portanto foi com toda essa actividade que nós criámos, não só uma biblioteca, como ainda uma Comissão Cultural extremamente activa cujas realizações permitiram, entre outras coisas, pagar as dívidas que a colectividade tinha. O Ateneu (nessa altura chamava-se Grémio Artístico Vilafranquense) estava profundamente endividado, a tal ponto que a sua banda de música foi forçada a suspender a actividade. Ao fim de um ano de intensos esforços, as dívidas da colectividade estavam praticamente pagas e a banda de música pôde ressurgir; isso deu-nos tal prestígio que não precisámos de entrar em competições eleitoralistas para assumirmos a direcção do clube: foi a direcção anterior que, reconhecendo os nossos méritos, nos encarregou de formar a nova direcção. Foi assim que o meu

irmão assumiu a presidência da colectividade e que uma grande parte da Comissão Cultural passou a exercer a direcção do Ateneu Vilafranquense.

Depois pôs-se para nós outro problema: havia entre as colectividades populares de Vila Franca uma grande rivalidade sobretudo entre o Ateneu e "Os Revoltosos". Isso, por um lado, podia ser bom, num plano de emulação, mas por outro lado era profundamente negativo porque dividia as pessoas, as quais quase se viam como inimigas. Através de uma actividade no Ateneu e de outros camaradas nossos nos "Revoltosos", conseguimos ultrapassar muita da animosidade existente e desenvolver um trabalho de cooperação acesa que caracterizava as relações entre as duas colectividades.

No campo desportivo, veio a acontecer a mesma coisa, com o alargamento da nossa actividade ao Operário Vilafranquense, ao Águia, ao Sport Lisboa e Vila Franca, aos Empregados do Comércio... onde, com o apoio do Dias Lourenço, do Alves Redol, do Soeiro Pereira Gomes e de outros camaradas, se desenvolve também uma actividade desportiva e cultural muito intensa.

O futebol. A "doença" do futebol entrou em Octávio bastante cedo, ao ponto de correrem entre os camaradas inúmeras anedotas a esse respeito.

Começou a praticar a modalidade nos juniores do Operário Vilafranquense, depois passou às reservas e finalmente chegou às primeiras categorias.

Participou em vários campeonatos distritais e regionais, fazendo parte da equipa do Operário que conquistou o campeonato distrital de Santarém. Nessa mesma época, alguns benfiquistas de Vila Franca indicaram o seu nome ao Benfica, que convidou Octávio para participar na sua equipa de juniores.



Octávio futebolista (é o 2.º da direita)

Depois da reorganização em 40-41, o Partido tem um desenvolvimento impetuoso na região, conquistando para as suas fileiras muitas centenas de novos militantes. Através de uma actividade muito intensa, com a criação de comissões de unidade dos trabalhadores nas fábricas e nos campos, nas lezírias do Tejo, o Partido transforma-se de facto numa organização com poderosa influência nas massas populares. É essa influência que permite o desencadear de variadíssimas acções reivindicativas, nas empresas e nos campos, não apenas por melhores salários, mas por outra reivindicação que nessa altura era primordial: contra o racionamento dos géneros. Nessa época, logo a seguir à guerra de Espanha, e depois, no decorrer da segunda guerra mundial, escasseavam os géneros essenciais, estavam racionados e, por vezes, só se conseguiam obter, a preços exorbitantes, no mercado negro. Os géneros escasseavam porque eram enviados para a Alemanha. O fascismo português, com a sua falsa e hipócrita neutralidade, transformou o país, apropriando-se dos seus recursos, numa fonte de abastecimento das tropas nazi-fascistas alemãs e italianas. Iam daqui, para a Alemanha de Hitler, milhares e milhares de toneladas de volfrâmio. Os géneros rareavam, o custo de vida subia constantemente, os salários mantinham-se; havia, portanto, toda uma situação de intensa exploração das classes trabalhadoras. Aproveitando essas circunstâncias, o Partido começou a criar em toda a região as condições propícias ao desencadear de uma grande acção de massas.

Joguei de facto alguns jogos nos juniores do Benfica, numa época em que era treinador um húngaro, o Biri. Mas nessa altura já a minha actividade política começava a complicar-se, com o conseqüente aumento de responsabilidades, e a prática do futebol, num clube como o Benfica, criava-me dificuldades. Por um lado, os jogos do Benfica eram ao domingo, dia normal de trabalho, nessa época, para o comércio de Vila Franca, que só à quinta-feira é que estava encerrado; por outro lado, era necessário que o meu patrão estivesse disposto a dispensar-me e eu não estava para andar a mendigar favores desses junto dele. Eram os benfiquistas da terra, entre os quais se encontravam alguns bons fregueses do meu patrão, que lhe pediam para me dispensar, e ele não podia dizer que não. A intensa actividade política levou-me a ter que deixar o Benfica (onde



Uma acção de grande envergadura, que abrangesse dezenas de milhares de trabalhadores, não se decreta; só através de trabalho intenso, criando a pouco e pouco um estado de unidade e combatividade e ganhando progressivamente o operariado, os trabalhadores do campo, para a necessidade de se avançar em formas superiores de luta, é que era possível chegar a uma fase em que se dissesse: as coisas estão de facto maduras para desencadear uma greve extensa que abranja não apenas uma fábrica, mas várias fábricas, não apenas uma terra, mas várias localidades. A acção desenvolvida para o desencadear das grandes greves de 8 e 9 de Maio de 1944 foi o produto de um trabalho constante, que levou meses, orientado para a mobilização das classes trabalhadoras, envolvendo a distribuição de milhares de manifestos feitos clandestinamente (e se hoje é fácil fazer de um dia para o outro muitos milhares de manifestos, naquela altura isso representou, para as tipografias clandestinas do Partido, vários dias e noites de trabalho intenso). Havia uma condição fundamental: não se podia perder um manifesto. Para que os manifestos pudessem chegar ao maior número de pessoas, havia que metê-los debaixo das portas, pregá-los nas árvores ou pô-los num muro com uma pedra em cima; um manifesto para a rua era coisa que nós condenávamos em absoluto, pois havia poucos e era preciso fazê-los chegar a todo o lado. Eu próprio, embora a indicação geral do Partido fosse a de que os camaradas com maiores responsabilidades não deviam participar em brigadas de agitação, devido aos perigos que esse trabalho envolvia, também colaborei na distribuição dos manifestos, já que a força do exemplo conta muito, numa acção que podia representar para qualquer de nós, se fosse localizado, anos de prisão.

Foi através de todo esse trabalho, e de reuniões e concentrações nas fábricas, que se criou o ambiente propício à eclosão da greve. As jornadas

cheguei mesmo a ser convocado para jogos na reserva), embora continuasse a jogar futebol no Operário Vilafranquense, a extremo-esquerdo. Até no desporto, e já nessa altura, tinha uma tendência para a esquerda...

A "doença" do futebol nunca me abandonou, nem mesmo na prisão. Em Peniche, e isto é um traço de crueldade a que os presos estavam sujeitos, só conhecíamos os resultados desportivos na segunda-feira à tarde, quando os jomais chegavam à cadeia, por volta das 6 horas. Não podíamos ouvir rádio e a direcção proibia os guardas de nos dizerem os resultados dos desafios de futebol, como se isto tivesse importância ou representasse alguma informação política relativamente aos presos. Era mais um aspecto da orientação cruel que se procurava imprimir a toda a vida prisional.

grevistas de 8 e 9 de Maio alastraram a **Alenquer, Castanheira, Cardosas, Arruda dos Vinhos, Samora, Benavente, Vila Franca, Alhandra, Alverca** e tudo por aí fora, concelho de **Loures** e uma parte de **Lisboa** também, abrangendo dezenas de milhar de trabalhadores. Em 44, só uma organização como o Partido, implantada em todas estas localidades, tinha possibilidades de desencadear simultaneamente uma luta de tais proporções.

Tive de facto uma participação intensa, quer na preparação e organização, quer no desencadeamento da greve, na medida em que fazia parte, nessa altura, do Comité Local de Vila Franca de Xira. Ocupei-me de aspectos relacionados com a greve, designadamente no que respeita à mobilização dos trabalhadores assalariados agrícolas das lezírias do Tejo. Foi esse um dos objectivos em que fizemos um grande esforço e alcançámos bons resultados, tanto a sul como a norte do Tejo, embora o tipo de assalariados agrícolas fosse muito diferenciado nas duas margens do rio, ao ponto de em Vila Franca haver duas praças de joma diferentes: a dos trabalhadores das lezírias (regiões do latifúndio) e a dos assalariados agrícolas da zona vinhateira, a norte do Tejo. Uns e outros tinham um tipo de trabalho e uma escala de salários completamente diferenciados.

Essa greve constituiu para mim uma riquíssima experiência em todos os aspectos. Deram-se nessa altura centenas de prisões, concentrando as forças repressivas, na praça de touros de Vila Franca, mais de um milhar de grevistas presos. Durante vários dias e várias noites, a P.V.D.E. (era essa a sigla da PIDE na altura) procedeu a uma selecção: uns presos eram encaminhados para Caxias, outros, a maioria, eram postos em liberdade. Devo dizer que o movimento de solidariedade que então se desenvolveu à volta dos grevistas, na região de Vila Franca, foi uma coisa extraordinária. Todos os dias, junto da praça de touros, amontoavam-se as bilhas de leite, os

A vida na clandestinidade é duríssima, implicando o afastamento de familiares, dificuldades de subsistência, perigo iminente, enfim, privações de toda a ordem. Octávio já não apanhou a época mais negra, entre os anos 40 e 43, em que tudo escasseava e não havia dinheiro para nada, em que as deslocações, muitas vezes de dezenas de quilómetros, se faziam a pé por não haver dinheiro para um transporte, em que se passava fome por falta de dinheiro para comprar a comida e porque não havia senhas de racionamento para os funcionários clandestinos.



Outro nome, outra cara. Octávio na clandestinidade

Quando passei a ser funcionário do Partido, a situação já não era tão má como alguns anos antes, mas continuava a ser negra. Os nossos salários eram baixíssimos e continuava a haver produtos racionados. Na primeira casa que tive, houve dias que não comia pão, e não era só por não haver dinheiro para o comprar: muitas vezes não era possível comprá-lo. Houve longos períodos, ainda em 1945, em que a hortaliça constituía o nosso único alimento, mas hortaliça singela, sem qualquer tempero de azeite ou de óleo. Isso, porém, suportava-se, porque tínhamos a consciência do significado da nossa luta. Mais difícil de suportar era o isolamento, o corte absoluto com a própria família.

Para os solteiros, como eu, que não tinha ninguém a meu cargo, o isolamento era agravado porque tinha de viver sozinho, as mais das vezes em quartos alugados. Só em casos de força maior é que se permitia que houvesse dois funcionários com tarefas de organização a viverem na mesma casa. E isso por razões de defesa, para evitar o

perigo de serem presos, se essa casa fosse assaltada pela polícia, não apenas um, mas dois funcionários, além da camarada da própria casa.

Como era obrigado a viver em quartos alugados (raramente estive alojado nas casas de camaradas legais), tinha de inventar uma profissão fictícia, e isso obrigava-me a ter que vir para a rua mesmo quando não tinha necessidade, a fim de ocultar a minha situação de clandestinidade. Isto criava-me, não só problemas de defesa, como outras dificuldades, entre as quais um mau aproveitamento do tempo, na medida em que era obrigado a percorrer as ruas ou a estar num pinhal ou num jardim, meio escondido, meio resguardado, a fazer tempo para justificar o que dissesse em casa ou no quarto quanto à actividade profissional que desempenhava. Portanto, esta situação era de facto dura, tanto mais que estava estabelecido, por óbvias razões de defesa, que os funcionários do Partido não podiam frequentar quaisquer espectáculos públicos.

Havia muitos camaradas que eram desconhecidos da polícia e havia outros que o não eram. A orientação geral do Partido, porém, e muito justamente, não discriminava as situações, generalizando a proibição de assistir a espectáculos a todos os funcionários. Por mais estranho que isto possa parecer (dado que hoje qualquer pessoa pode ver televisão), tal determinação não era nada fácil de suportar. Sobretudo naquela época, em que os funcionários nem sequer dispunham de aparelhos de rádio.



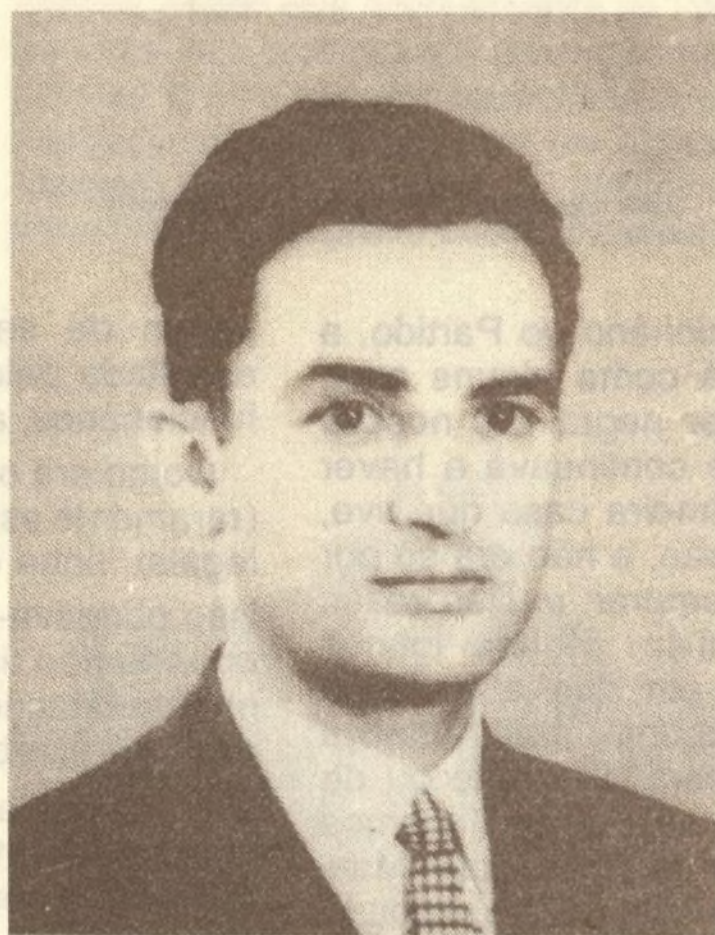
Recordo que só depois de 1950 é que dispus de um aparelho de rádio. Não é já do meu tempo, mas lembro-me do que os camaradas contavam acerca do que significou para o Partido a primeira bicicleta que teve. Nessa época, havia camaradas clandestinos que tinham bicicleta e outros não, isto é, o Partido nem sequer tinha bicicletas para atribuir a todos os seus funcionários. Eu, por exemplo, nos primeiros tempos de clandestinidade, não tinha bicicleta. Depois, precisamente a seguir a um golpe vibrado pela polícia na organização do Partido, em que vários funcionários foram presos, as forças repressivas aperceberam-se de que o meio de deslocação normal dos funcionários do Partido era constituído quase exclusivamente à base de bicicletas, passando a haver, portanto, buscas intensíssimas a todos os ciclistas, com a

consequente decisão do Secretariado do Partido no sentido de suspender a utilização de bicicletas. Recordo-me, por exemplo, que por volta de 1948, estava eu a residir no Sobralinho, para lá de Pinheiro de Loures, vinha para Lisboa a pé, tinha encontros nas ruas da cidade, o que me obrigava a horas e horas de movimento, sempre a pé, e regressava ao Sobralinho também a pé. Mas com esta particularidade: não fazia o percurso em linha recta (Sobralinho, Pinheiro de Loures, Loures, Calçada do Carriche, Lumiar e Lisboa); vinha do Sobralinho, muitas vezes subia para Caneças, para evitar a estrada principal, metia para A-da-Beja, dali seguia para Paiã e entrava pela Pontinha, entrava pela "porta do cavalo" em Lisboa. Quer dizer: fazia dezenas de quilómetros a pé.

Em 1946, a Direcção do Partido decide a criação de um movimento unitário da juventude. Aproveitando as possibilidades criadas com a vitória das forças democráticas na Segunda Guerra Mundial, o Partido procura desenvolver e intensificar as acções e actividades legais, na medida em que o próprio fascismo se vê obrigado a conter um pouco mais a sua acção repressiva, tendo em conta a necessidade de se adaptar à nova correlação de forças mundial para impedir que se desencadeasse, a nível internacional, qualquer acção que pudesse contribuir para a liquidação da ditadura fascista.

Aproveitando o balanço das grandes manifestações da vitória, que se estenderam por todo o país e mobilizaram centenas de milhares de portugueses, o Partido procurou dinamizar uma actividade mais aberta, utilizando formas legais e semilegais de mobilização e organização. Foi assim que surgiu o MUD, Movimento de Unidade Democrática. Foi assim também que após várias reuniões de discussão entre os jovens que pertenciam à Federação da Juventudes Comunistas se realizou uma reunião nacional de quadros, presidida pelo camarada Álvaro Cunhal e a que assistiram outros elementos da Direcção do Partido, onde se decidiu lançar uma organização unitária da juventude, concretamente o MUD Juvenil.

Octávio Pato é destacado pela Direcção do Partido para as tarefas de organização do MUD Juvenil. Numa situação de semiclandestinidade, sob o nome de Octávio Rodrigues, que ninguém identificava com o Octávio Pato de Vila Franca, faz parte da Comissão Central daquele movimento unitário até 1947. Do que foi a sua actividade na vanguarda dessa organização de massas juvenis, transcrevemos do "Portugal Amordaçado", de Mário Soares, o seguinte depoimento insuspeito: "O grande artífice dessa obra (a organização de comissões de jovens trabalhadores do MUD Juvenil) foi, indiscutivelmente, o Octávio Pato, duma inteligência vivíssima, com extraordinário sentido de organização e um devotamento inexcedível à causa a que nos dedicáramos..."



O MUD Juvenil transformou-se muito rapidamente num grande movimento unitário da juventude, num movimento de massas democráticas juvenis como nunca existiu outro durante o fascismo. Desde 1946 até já entrada a década de 50, o movimento passou por várias fases, algumas muito difíceis. Era intensa a repressão contra o MUD Juvenil. Na verdade, o fascismo sentiu o perigo real que representava a existência de um movimento semilegal, já que o MUD Juvenil, não sendo absolutamente legal, tinha uma legalidade relativa, resultado da sua maior ou menor actividade de massas — quanto maior era essa actividade e mais forte a sua organização, tanto maior era a legalidade, isto é, tratava-se de uma legalidade que se impunha através da própria acção. O fascismo não a desejava nem consentia, procurando reprimi-la, sobretudo a partir da Semana da Juventude que se realizou de 21 a 28 de Março de 1947, com acções de massas de grande significado, como foi o caso da concentração na Mata de Bela Mandil, em Olhão, que mobilizou milhares de pessoas. Houve também grandes manifestações no Alentejo, em Lisboa, na margem sul, por toda a parte. "A Jomada", canção musicada por Lopes Graça, nessa época o hino do MUD Juvenil, era cantada frequentemente no mais variado tipo de realizações de jovens, mesmo em actividades que nada tinham a ver com a política, como o campismo e as excursões, apesar da acção repressiva desencadeada contra eles.

Em 1947, quando as grandes acções de massas da Semana Mundial da Juventude dão origem à prisão de toda a Comissão Central e de muitas dezenas de jovens destacados do MUD Juvenil, eu não sou preso devido às medidas prévias que a Comissão Central adoptara para a minha defesa, tendo em conta o facto de ser eu o responsável por toda a actividade organizativa do movimento. Mas não foi só por isso que a polícia não conseguiu prender-me nem localizar-me. Foi também porque ninguém conseguiu relacionar o Octávio Pato, de Vila Franca, com o Octávio Rodrigues que assinava os documentos da Comissão Central e chegou mesmo a discursar em público, no

Cemitério dos Prazeres, numa manifestação comemorativa do 31 de Janeiro. Os camaradas do MUD Juvenil de Vila Franca estavam rigorosamente proibidos de dizer quem eu era, portanto ninguém sabia, o que provocou grande confusão na polícia, que chegou ao ponto de pensar que o Octávio Rodrigues não existia, devendo tratar-se de um pseudónimo.

O MUD Juvenil foi um movimento tão importante que das suas fileiras saíram dirigentes para o nosso Partido, que vieram com uma experiência acumulada através de uma ampla actividade de massas. A experiência, a riqueza em todos os aspectos, que resultou da passagem de muitos jovens democratas pelo MUD Juvenil, ainda hoje está patente na actividade política desenvolvida por homens e mulheres que actualmente militam nas mais diversas organizações democráticas, designadamente no Partido Socialista, no MDP/CDE e no nosso Partido, onde encontramos, no Comité Central, vários membros que foram militantes destacados do MUD Juvenil.

Jornal do MUD juvenil

OS JOVENS DE LISBOA JÁ RECOLHERAM 4.000 ASSINATURAS DE PR...



A JUVENTUDE EXIGE A LIBERTACÃO do Prof. RUI LUIS GOMES, Dr. JOSE MORGADO, Eng. VIRGINIA MOURA e ALBERTINO MACEDO. No julgamento tem sido desmascarada a politica ruinosa do Governo. No Tribunal da Boa-Hora tem prosseguido o julgamento dos grandes patriotas e amigos da juventude, Prof. Rui Luis Gomes, Eng. Virginia Moura, Albertino de Macedo e Dr. José Morgado. Ao levá-los ao tribunal, a PIDE de certo não esperava que se arguisse um tão grande movimento de protesto em todo o país. Em seguida centenas de cartas para os Democratas; os Democratas tem recebido na PIDE, em casa do juiz Abreu Mesquita, no Ministério do Interior, na Presidência do Concelho, Foram entregues no Tribunal 3.000 assinaturas de solidariedade com os 4 Democratas. Em Lisboa e arredores tem-se distribuido centenas de milhares de tarjetas e documentos e grupos de jovens tem desenvolvido large agitacao. Todos os dias em que há julgamento e apesar do escandaloso aparato de forcas policiais e da PIDE, centenas de pessoas dirigem-se ao Tribunal, pedindo assistencia no

Nos finais dos anos 40, Octávio começa a ter tarefas de direcção no Partido. Em 47 deixa de pertencer à Comissão Central do MUD Juvenil e regressa à situação da mais rigorosa clandestinidade, passando a fazer parte da Direcção da Organização Regional de Lisboa. Nessa altura, a DORL era controlada pelo Secretariado do Partido e quem fazia esse controlo era José Gregório, que durante muitos anos, fez parte do Secretariado do Comité Central.



José Gregório



Manuel Rodrigues da Silva

O camarada José Gregório era o controleiro e faziam parte da DORL os camaradas Manuel Rodrigues da Silva, que mais tarde também foi membro do Secretariado e veio a falecer, de um colapso cardíaco, na União Soviética – camarada que é um símbolo da luta revolucionária do nosso povo, exemplo de modéstia e simplicidade –, Dias Lourenço e Soeiro Pereira Gomes.

Os inimigos do Partido têm utilizado o nome de José Gregório, insinuando que entre ele e a Direcção do Partido existiriam divergências. Posso afirmar que isso é absolutamente falso e é um insulto à memória do grande revolucionário que foi José Gregório. Recordo com emoção o último encontro que tive com ele, em Praga, onde se encontrava em tratamento. Eu tinha ido representar o Partido na Conferência Internacional dos Partidos Comunistas Irmãos, que se realizou em Moscovo, em 1960. De regresso ao país, passei pela Checoslováquia e visitei o camarada. Nesse encontro, José Gregório, depois de várias considerações sobre a actividade do nosso Partido, confiou-me o seguinte: "Uma coisa eu queria que tu disseses ao Comité Central do nosso Partido é que tenho absoluta confiança em vocês, estarei sempre convosco até aos últimos momentos da minha vida". Hoje tenho perfeita consciência que o camarada José Gregório, quando estava a dizer aquilo, sabia bem que devia ser aquele o nosso último encontro.

Cerca de 1947-48, um dos camaradas de Octávio na DORL, Soeiro Pereira Gomes, começa a mostrar indícios de uma doença indecifrável, que os médicos não conseguem diagnosticar. Como essa situação se arrasta por muito tempo, a Direcção do Partido, dado o constante estado febril do enfermo, decide que ele vá viver para casa de Octávio, no Sobralinho, uma aldeia com bons ares, enquanto durar o tratamento e não estiver determinado o seu estado de saúde.

Quando um camarada vai viver para uma casa, é sempre necessário encontrar uma explicação adequada para a vizinhança, portanto entendemos que o melhor era o Soeiro Pereira Gomes passar por meu irmão. O Sobralinho é uma aldeia muito pequenina, onde viviam duas ou três centenas de pessoas, não mais, com um único estabelecimento que vendia de tudo, por sinal perto da minha porta. O proprietário do estabelecimento era o senhor Abade (ele não era abade, mas o nome dele era

mesmo Abade). Bem, uma das coisas obrigatórias era apresentar o Soeiro ao Abade, pois estava ali um dos fulcros da defesa da estadia na aldeia do meu hipotético irmão. E assim foi. Aproveitei uma ida ao estabelecimento para fazer compras e levei o Soeiro. "Sr. Abade, já agora aproveito para lhe apresentar o meu irmão. Veio passar uma temporada a minha casa". "Nem precisava de mo apresentar. Eu já sabia que era seu irmão. Até pelo andar são parecidos!" Na verdade as nossas maneiras de andar eram diferentes...

Em 1949, Octávio foi destacado para o Norte, juntamente com o camarada Pires Jorge, numa altura em que a situação se tomara extremamente difícil após a prisão dos camaradas Alvaro Cunhal e Militão Ribeiro, um grande golpe desferido sobre o Partido, em que além destes dois membros do Secretariado foram presos outros camaradas do Comité Central e assaltada uma tipografia clandestina.



1949 – Alvaro Cunhal nas garras da Pide

Eu e o Pires Jorge passámos um mau bocado no Norte do país. Tinha caído uma intensa repressão no Norte, com muitas prisões. Vivíamos um período de refluxo revolucionário, de desenvolvimento da reacção no plano mundial, com o aparecimento, do Plano Marshall, do Pacto Atlântico... Havia uma contracção das perspectivas políticas, um refluxo, e daí as dificuldades para a nossa própria luta nas várias regiões do país.

Depois disso fui para o Sul, no auge duma

situação também muito difícil, após a traição dum elemento – Mário Mesquita – responsável pela organização do Sul, que deu origem a várias prisões, podemos mesmo dizer à destruição radical de dezenas de organizações do Partido. Nessa situação difícilíssima criada no Sul do país, venho a conhecer um militante que era também um símbolo do combate do nosso Partido, uma bandeira da resistência antifascista, o camarada Germano e Albano (seus pseudónimos mais conhecidos), que

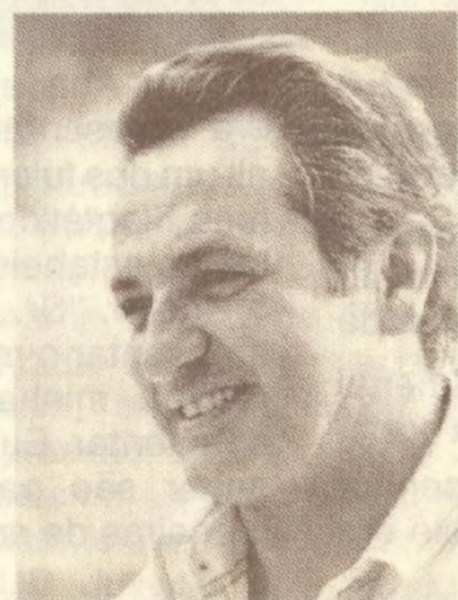
já morreu, mas depois do 25 de Abril, e pôde ainda ver a libertação do nosso país. Este camarada, de seu verdadeiro nome Joaquim Rafael, viveu mais de trinta anos na clandestinidade sem nunca ser preso. Julgo que só um outro caso se pode medir com o dele, que é o do Manuel da Silva e sua companheira, a camarada Gertrudes. Sem serem presos, viveram na clandestinidade mais de 30 anos. Outros camaradas estiveram nessa situação dezenas de anos, como é o caso de Sérgio Vilarigues, que nunca foi preso desde a reorganização do Partido, mas tinha sido preso antes.

O camarada Joaquim Rafael era o responsável pela distribuição de toda a imprensa clandestina no Sul, e foi através dele que procurei agarrar toda uma série de organizações que estavam completamente desligadas do Partido já há alguns meses. Foi uma peça fundamental, ele e o Américo Leal, que se encontrava nessa altura no Montijo a trabalhar como corticeiro. Depois de ter entrado em contacto com o camarada Américo Leal, decide-se a sua funcionalização, e portanto é apoiado nele e no Joaquim Rafael que conseguimos restabelecer todas as ligações no Sul do país — incluindo o Algarve. E nessa altura que se vai buscar o camarada Carlos Costa, então na organização da juventude. Decide-se que o camarada Carlos Costa passe à clandestinidade e é enviado para o

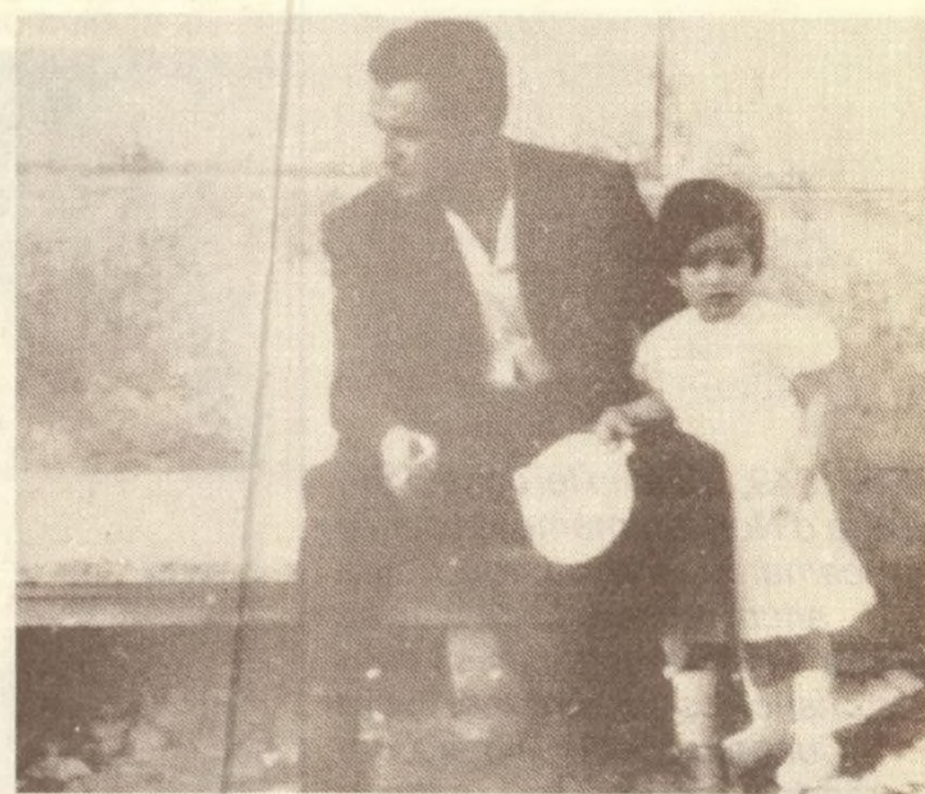
Algarve. Na região algarvia, bem como no Alentejo, procede-se à recuperação paciente das organizações do Partido que haviam ficado desmanteladas ou desligadas durante alguns meses em consequência duma única traição, que por sua vez deu origem a muitas prisões e a outras traições. E isto aconteceu algumas vezes: o produto dum trabalho intenso, abnegado, difícil, que por vezes demorava muitos meses ou muitos anos a montar, era quase completamente destruído pelos efeitos duma traição. Por essa razão, procurávamos seguir, em todo o nosso trabalho, princípios de compartimentação tão rigorosos quanto possível, para evitar as consequências de casos deste género, em que uma única traição, um único mau porte na polícia, conduzia à perda momentânea de dezenas de militantes e de dezenas de organizações que ficavam desligadas do Partido.

Não é por acaso que ainda hoje trato os camaradas pelo pseudónimo e não pelos nomes próprios. O Vilarigues, por exemplo, ainda hoje é frequente tratá-lo por Amílcar. Durante anos e anos o Vilarigues, para mim, era o Amílcar, tal como o Pires Jorge era o Gomes e eu, para os outros camaradas, era o Frazão ou o Melo. Muitos não sabiam quem nós éramos, só vieram a conhecer a nossa verdadeira identidade depois do 25 de Abril.

Em 1949, Octávio foi cooptado para membro suplente do Comité Central; em 1951, passa a membro efectivo e em 1952, quando estava à frente da Organização Regional do Sul, é chamado ao Secretariado, nessa altura composto pelos camaradas José Gregório, Sérgio Vilarigues, Júlio Fogaça e Pires Jorge. Octávio passou a ser o quinto elemento. Nessa época, a composição do Secretariado era grande porque o camarada José Gregório já estava doente, impossibilitado de se deslocar e de exercer qualquer actividade de controlo às organizações do Partido. Participava, no entanto, nas reuniões do Secretariado, dando uma contribuição política inestimável.



Entre as tarefas que me foram confiadas no Secretariado, passei a controlar as tipografias centrais do Partido. Se para qualquer militante clandestino a vida é sempre dura, para os camaradas que trabalhavam nas tipografias essa dureza redobrava. Na verdade, enquanto nós, os que tinham tarefas políticas de organização, nos deslocávamos com frequência, em contacto com secretariados de empresa, comités locais, enfim, com camaradas desempenhando a mais variada gama de tarefas, os camaradas das tipografias centrais do partido, por motivos de defesa, não tinham quaisquer contactos, a não ser com o camarada que os controlava, nem desempenhavam mais nenhuma tarefa. Houve camaradas que estiveram nesta duríssima situação 5, 10, 15, 20 e mais anos, como foi o caso do camarada Joaquim Rafael, por cujas mãos, dele e da sua companheira, a camarada Catarina Machado, passou o "Avante!", "O Camponês", "O Militante", enfim, toda a imprensa clandestina. O camarada Rafael tinha uma maneira de ser que inspirava a simpatia e a confiança imediata da vizinhança e das pessoas com quem convivia, e essa foi uma das razões fundamentais que explicam o fenómeno de nunca ter sido preso, embora por vezes fizesse coisas que bradavam aos céus, tais como, por exemplo, um belo dia em que houve um acontecimento festivo na vizinhança, decidir dar um baile em casa, com convite aos vizinhos. O baile realizou-se precisamente na sala da tipografia, montada com armários adequados para que em caso de emergência, tudo pudesse ser escondido com rapidez. O camarada lá preparou aquilo e foi na sala da tipografia que se fez o baile.



Com sua filha Isabel, na clandestinidade

Quanto à nossa reacção, bom... Hoje, porém, aceito que essa e outras coisas foram fundamentais para a defesa das tipografias onde estive o camarada Rafael, exactamente pela mesma razão que permitia ao José Moreira passar junto das patrulhas da GNR com a bicicleta carregada de milhares de exemplares do "Avante!". Era a sua maneira de ser. Quando via a patrulha, não esperava que o mandassem parar; apeava-se da bicicleta e falava, falava, sem dar tempo aos guardas para lhe fazerem perguntas, depois voltava-lhes as costas, montava na bicicleta e ia-se embora.

Por volta de 1952, fui ao Algarve no cumprimento de tarefas do Partido e tinha sido decidido que devia regressar de comboio, mas de compartimen-

to-cama, dada a grande vigilância que havia. Portanto, assim fiz. Ao embarcar em Tavira, dirigi-me à carruagem-cama e falei com o camareiro. O homem disse-me para esperar numa carruagem pois só depois de Faro é que podia saber se havia algum lugar vago, por causa de eventuais marcações. Fiquei à espera, mas passado pouco tempo ele veio ter comigo: "Olhe, quase de certeza que tem lugar vago, o melhor é ir já".

Lá me meti num compartimento de duas camas. Deitei-me, embora sem pensar em dormir, já que não estava habituado àquilo. Quando chegámos a Faro, começo a ouvir vozes no cais, mesmo junto à janela do meu compartimento: "Sr. chefe para aqui, sr. chefe para ali..." Chefe?! Chefe de quê? Fiquei alarmado. Passados instantes, o camareiro bate à porta e diz-me assim: "O senhor não se importava de viajar acompanhado? Está ali o sr. chefe da polícia, o sr. chefe da PIDE aqui de Faro, e não há mais lugares vagos..." Que era melhor não, que tinha mau dormir, que incomodava com certeza, enfim, dei todas as desculpas que me passaram pela cabeça para impedir a entrada do *pide* no meu compartimento e finalmente o camareiro lá se foi embora. Mas não demorou muito a voltar. "O sr. chefe diz que não se importa. Pode

fumar, acender a luz, estar à sua vontade. Ele diz que até gosta. Assim, sempre tem com quem conversar..." Mais desculpas da minha parte, mais insistências por parte dele, por fim pus termo à questão: "Bem, vou-me embora, se não ninguém consegue dormir, nem eu, nem o sr. chefe." E saí, a cogitar na interpretação que eles iriam dar àquilo, incluindo o camareiro e os vários agentes da PIDE (o comboio ainda não partira e na carruagem estavam outros *pides* que tinham ido despedir-se do chefe).

Entretanto, o comboio partiu e a certa altura, a pretexto de ir à casa de banho, procuro passar pelo camareiro e meter conversa com ele. "O senhor fez mal. Ia ali perfeitamente, tanto mais que o senhor chefe da polícia leva documentos importantes e preferia ir acompanhado". Fiquei mais ou menos com a ideia de que pelo menos não tinha levantado suspeitas graves. No entanto, o meu desejo era ver-me rapidamente dali para fora. Na primeira paragem, não podia ser: era na Funcheira, um lugar deserto onde o comboio parava por volta das duas horas da noite. Desci no Pinhal Novo, e senti-me bastante aliviado quando me vi cá fora, sem o perigo do senhor chefe da PIDE me levar à prisão.

Para além das condições de dureza da clandestinidade já referidas, há um aspecto que por vezes é esquecido: a tensão a que os camaradas eram submetidos por causa dos perigos que corriam, e que desgasta a saúde, arruina o sistema nervoso.



É evidente que há questões determinantes para que certos militantes do nosso Partido tenham resistido a muitos anos de clandestinidade, sempre capazes de encontrar forças para se manterem no seu posto de combate. Mas essas questões determinantes passam sempre pela própria consciência revolucionária. É ela que determina tudo o mais. No entanto, camaradas houve que não foram capazes de suportar as dificuldades da vida clandestina, não por cobardia física ou desmoralização política, mas por razões de saúde que os impossibilitou de continuarem na clandestinidade. Perante certas dificuldades, como a morte ou a prisão dum camarada, ou um desastre que atingia várias organizações do Partido, alguns dos nossos camaradas ficavam profundamente perturbados. Não eram abalados politicamente, mas tudo aquilo colidia com o seu sistema nervoso, com incidência física e moral para se encarar com o realismo necessário todos os desaires, todos os terríveis golpes que sobre nós se abatiam. Factor decisivo para se ultrapassar todas essas dificuldades, não era o temperamento, mas acima de tudo a consciência revolucionária, a consciência da justeza do nosso combate e a certeza de que o futuro nos pertencia, para além de todas as dificuldades que tivéssemos de atravessar, como era o caso da prisão e da tortura.

A morte de meu irmão, em 1950, encontrou-me na clandestinidade. Foi o Pires Jorge que me deu a notícia. Eu estava nessa altura no Norte. Tratava-se da morte de alguém que me estava próximo. Não era só meu irmão, era também um militante do Partido, alguém que tinha sido preso em consequência da sua actividade partidária. Foi

uma sensação dolorosa. Mas nesses casos, se a dor é grande, nós comunistas, embora abalados por essa dor, devemos virar contra o inimigo, contra os responsáveis por essas mortes, as nossas energias. Meu irmão foi vítima da repressão fascista e da acção da PIDE; era contra o fascismo e contra a repressão fascista, contra a PIDE, que eu deveria lutar, e lutar com todo o ardor revolucionário, para que situações daquelas não viessem a repetir-se. Portanto, a morte do meu irmão não abalou as minhas convicções nem a minha disponibilidade para a luta. Talvez se possa dizer o inverso. Isso mais fortaleceu em mim a necessidade de redobrar de esforços contra o regime odioso que tantos crimes cometeu ao longo de dezenas de anos.



Carlos, irmão de Octávio

A PRISÃO



Fotos sinaléticas de Octávio na Pide

Estão hoje mais ou menos claras as causas da prisão de Octávio, em 1961, através de um canalha ao serviço da PIDE, que conseguira infiltrar-se no Partido. O indivíduo só foi identificado depois do 25 de Abril.

O responsável pela minha prisão foi detido depois do 25 de Abril, mas a esta hora com certeza que já foi solto... Esse homem deu a conhecer ao Zé Gonçalves (um dos mais sinistros torcionários da PIDE) que em determinado dia e a certa hora ia transportar um funcionário a um encontro que ele não sabia com quem era. Avisada, a polícia segue o carro até à zona de Pedrouços, localiza-me (o encontro era comigo), vai atrás de mim e acaba por localizar o automóvel em que eu me desloquei. A partir daqui começa a fazer-nos o cerco, a mim e a outros camaradas que nessa altura também já estavam localizados.

A minha casa foi assaltada. Morava nessa época na Amadora, com minha mulher, Albina Fernandes Pato, e vivia com dois dos meus filhos. Fui preso quando me dirigia para casa. Eles fizeram-me um cerco num stop, com a colaboração da GNR e da Polícia de Trânsito. Após a prisão, fui imediatamente enviado para o Aljube e lá fiquei sozinho numa cela, inteiramente incomunicável, durante mais de três meses. Nesse período fui sujeito a torturas que se prolongaram em duas fases sucessivas, por 18 dias e 18 noites. Na primeira fase, fui espancado ao ponto de não poder comer absolutamente nada. Só podia ingerir alimentos líquidos porque não conseguia abrir a boca: tinha os maxilares como se estivessem colados, com os espancamentos a que fui sujeito. Devo dizer que nessa altura, ou pelos espancamentos, ou pelas quedas que dei em consequência da tortura do sono (a tortura do sono prolongada faz com que muitas vezes o preso adormeça em pé e caia como se fosse um pau, inteiriço, sem dobrar as pernas ao cair, só acordando quando bate com a cabeça no chão), tive um traumatismo craniano. Quando mais tarde comecei a ter enxaquecas e reclamei exames à cabeça, a polícia disse que não era nada, que não tinha nenhum traumatismo. Só depois da minha libertação, quando o Partido decidiu que fosse à União Soviética, após o meu regresso à clandestinidade, é que passo por uma vistoria geral ao meu organismo, acusando as radiografias que eu tivera um traumatismo craniano. Traumatismo que os médicos da PIDE procuraram ocultar, pois é evidente que podia ter sido detectado pelas radiografias que fiz na prisão.

Não vou aqui aludir exaustivamente às torturas da PIDE e ao que elas representam, às alucinações a que um preso se via sujeito quando estava longos períodos na tortura do sono, com perturbações auditivas e visuais, em que vê objectos, animais, ou julga ouvir gritos de pessoas de família ou dos outros presos. As alucinações, por vezes, eram fomentadas pelos próprios agentes através de gravações, procurando

desmoralizar os presos e induzi-los no sentido que mais convinha à PIDE. Não vou agora alongar-me num pormenorizado relato dessas proezas, mas era bom que os portugueses conhecessem um pouco melhor o que eram na verdade as torturas policiais e o que elas representavam, sobretudo num momento como este, em que alguém teve o desplante, não só de acarear alguns ex-presos políticos com agentes da PIDE, para confirmar se na verdade essa canalha cometeu ou não torturas ou sevícias sobre os presos, como ainda chegou ao insulto de pedir aos ex-presos testemunhas desses factos. Como é que se pode pedir a homens que estiveram a ser torturados 10, 15 e mais dias seguidos, em salas absolutamente fechadas, onde mesmo que gritassem nada se ouvia no exterior, que apresentem testemunhas das torturas, se as únicas testemunhas foram aqueles mesmos que os torturaram?

O «Avante» denuncia a prisão de Octávio

Não vou agora relatar tudo isso, nem mesmo explicar o que significaram para os meus filhos, duas crianças naquela altura, as prisões da mãe e do pai e as condições em que elas se deram. A minha casa foi assaltada e a minha companheira foi presa com as duas crianças, o Rui e a Isabel. Esses meus filhos mantiveram-se na prisão de Caxias, em sala completamente isolada, numa altura em que a Albina teve perturbações nervosas muito grandes, noite e dia sem dormir para não abandonar os filhos, pois não queria de maneira nenhuma que a polícia os levasse e só consentia em entregá-los aos seus familiares ou aos meus. Essas vicissitudes provocaram um tal traumatismo nos meus filhos, especialmente no mais pequeno, que já depois de terem saído desta situação, que

durou cerca de um mês, se ressentiram durante muito tempo dos pavores por que passaram.

Para se compreender o que isto representou para os meus filhos, basta dizer que o Rui, o mais pequenino, muitos meses depois destes acontecimentos, sempre que ia a Caxias visitar a mãe, sofria tal perturbação nervosa que de regresso a Vila Franca chegava sempre a casa com temperaturas de 39 a 40 graus de febre. Isto é um exemplo do que pode representar para uma criança o choque provocado pela brutalidade com que a polícia entrou em casa, batendo na mãe, porque a tudo isso as crianças assistiram na Amadora. No assalto à casa, a mãe foi esbofeteada por um agente da PIDE. Depois estiveram metidos numa cela cerca de um mês, completamente isolados, sem roupa para mudar sequer. Tudo isto lhes criou um grande traumatismo.

Quanto à farsa do meu julgamento e ao papel que nela desempenhou esse "juiz" Caldeira que tinha um ódio profundo aos comunistas, tão visceral que não permitia sequer que os réus fizessem a sua própria defesa, que dizer? Recordo-me que fiz uma defesa por escrito e a procurei fazer chegar ao tribunal, mas assim que comecei a falar, a justificar as razões por que era comunista, mandou-me calar. Queria que respondesse sim ou não, e eu dizia: "Só respondo para dizer por que sou membro do Partido Comunista Português e para explicar os motivos da grande honra e do muito orgulho que sinto em dizê-lo". Quando procurava explicar porque era membro do Partido,

mandou-me calar imediatamente e como os agentes que lá estavam não fossem suficientemente rápidos para me fazerem calar, gritou desvairado, cheio de rancor: "Então não há ninguém que ponha este homem fora daqui imediatamente?" E lá vieram agentes da PIDE que à força, aos empurrões, a soco e a pontapé, me levaram para um dos calabouços do tribunal da Boa-Hora. Foi aí que a sentença acabou por me ser lida: Oito anos e meio com "medidas de segurança", sentença que foi integralmente cumprida até ao fim. Aliás, teria continuado preso se não se tivesse desencadeado, quando cheguei ao fim da minha pena, um movimento de solidariedade muito grande, não apenas a nível nacional, mas também internacional, a exigir a minha libertação. É certo que houve um factor emocional que contribuiu directamente para que esse movimento fosse muito maior. A Albina, pouco tempo antes da minha libertação, quando a polícia sugeriu que eu ia ficar preso para além do termo da minha pena, precisamente num dos seus períodos duma tremenda crise nervosa a juntar às outras que já tivera na cadeia, pôs termo à vida. Em certa medida, isto foi um factor que gerou um estado de indignação em sectores e pessoas que nada têm a ver com os ideais do comunismo, levando-as a contribuir para a minha libertação, juntando as suas vozes à pressão popular que nessa altura se fazia sentir com intensidade, designadamente na minha terra. Foi esse movimento amplo que levou a PIDE a pôr-me em liberdade.

Para quem não esteve preso, é difícil compreender o que representa para quem está incomunicável ler alguma coisa e ter algo com que escrever. Nos quatro meses que Octávio passou no Aljube, sem nada para ler e em que até os próprios bonecos ou bolas de pão que fazia para ocupar o tempo os carcereiros lhe tiravam, tudo fazendo para que os presos não ocupassem o tempo, com o objectivo de levá-los à desmoralização e até mesmo à loucura, a sua força moral e política e a sua sólida consciência revolucionária permitiram-lhe suportar a situação e vencê-la.



Assisti no Aljube a casos de presos com manifestações de loucura, e homens que não estiveram lá muito tempo, que não conheceram, portanto, todos os processos refinados de tortura policial que ali se praticavam. Do Aljube passei para Caxias e aí já pude conviver com camaradas, nomeadamente com alguns que tinham sido presos no mesmo dia, casos de Pires Jorge, Júlio Martins e Carlos Costa. A seguir ao meu julgamento fui enviado para Peniche, e foi lá que pela primeira vez tive recreios ao ar livre. A reforma prisional estabelecia que o preso devia ter direito a recreio pelo menos uma hora por dia. Ora eu só tive recreios ao ar livre cerca de um ano depois da minha prisão. Mesmo em Caxias, o inspector Gomes da Silva, que era o director da cadeia, recusava-se a dar recreio aos presos que estavam na minha sala por considerar que o forte de Caxias não reunia as necessárias condições de segurança. Estávamos permanentemente na sala e nunca saíamos de lá.

Quando cheguei a Peniche, fui colocado novamente numa cela individual, em "regime de observação", sem conviver com nenhum outro preso. Já dispunha de jornal e podia ler um ou outro livro, mas foram mais três meses de completo isolamento. Eu, o Pires Jorge e o Júlio Martins, que estavam na mesma situação, tínhamos recreio em

conjunto, mas não podíamos falar uns com os outros. Andávamos no recreio de um lado para o outro, cruzávamo-nos, mas não podíamos dizer absolutamente nada uns aos outros, e se disséssemos alguma coisa o recreio era imediatamente interrompido e ficávamos privados dele durante alguns dias. Este foi o ambiente inicial em Peniche. Depois veio o Natal e nesse dia permitiram-nos conviver com os presos daquela secção. Acabou o Natal e voltámos ao regime de observação, ao regime de isolamento completo. É difícil imaginar mais puro sadismo.

Mais tarde, a situação em Peniche melhorou relativamente a outros períodos, mas para se ter uma ideia do que era, basta dizer que os presos continuavam a estar impossibilitados e proibidos de distribuir pelos camaradas aquilo que era seu e recebiam das famílias. Era absolutamente proibido oferecer a um camarada uma peça de fruta. Um de nós podia receber da família 15 laranjas, mas se quisesse dar uma a um companheiro, não a podia dar. Era absolutamente proibido. E houve camaradas, é o caso, por exemplo, do José Magro, que uma vez tentou dar às escondidas dos carcereiros uma peça de fruta, ao Blanqui Teixeira, chegado há poucos dias à cadeia de Peniche, por isso apanhou vários dias de "segredo".

Foi através das lutas dos presos, em condições muito difíceis (os mais recalcitrantes eram muitas vezes isolados, em períodos que podiam ir de 15 dias até um mês, sem nada para ler, numa incomunicabilidade absoluta), conjugadas com a acção das suas famílias e das forças democráticas no exterior, que o ambiente da situação prisional em Peniche foi melhorado.

«... HAVIA QUALQUER COISA QUE ME FALTAVA»

Depois da libertação, em 1970, Octávio está alguns meses em Vila Franca e a seguir regressa à clandestinidade. Vai à União Soviética, onde é observado por médicos e submetido a um tratamento que lhe é da máxima utilidade para a recuperação da saúde. Passado algum tempo, o Comité Central decide chamá-lo de novo ao Secretariado e à Comissão Executiva, e Octávio regressa ao país.



Octávio com os filhos depois da libertação

Para quem esteve preso durante nove anos, era útil um período de relativa descontração, e assim, depois de ter sido libertado, em fins de 1970, estive cerca de cinco meses em Vila Franca. Nesses meses, no entanto, não estive parado: arranjei um emprego hipotético, para tentar camuflar a minha actividade política, que era realmente difícil, pois a polícia conhecia os meus passos e seguia-me sempre que me deslocava de Vila Franca a Lisboa.

É evidente que eu desejaria continuar a ter uma vida regular, junto da família, junto, sobretudo, de minha mãe, e filhos, mas havia qualquer coisa que me faltava, sentia a minha actividade limitada. Nessa altura, tinha a sensação de estar um tanto deslocado, incompletamente realizado. E compreende-se porquê: um militante revolucionário que se dedicou inteiramente à causa do proletariado, à causa dos ideais do comunismo, só se pode sentir plenamente realizado na medida em que consagra a essa causa todas as suas energias e possibilidades. Se assim não fosse, não era possível a muitos presos suportarem as consequências da prisão e do isolamento. Estive cerca de nove anos na cadeia, quase sempre numa cela individual, onde passava praticamente 22 horas de cada dia. Estive cerca de 17 anos na clandestinidade, submetido a toda a espécie de privações, permanentemente acochado pelo inimigo. Só se pode viver assim quando se tem um grande motivo para viver, uma força muito grande que é a confiança no futuro, a consciência de que o futuro está conosco e a nossa luta, por mais difícil que seja, é uma luta em prol dos interesses da classe operária, do povo português, da nossa pátria.

Volto então à clandestinidade, vou ao estrangeiro, sou chamado ao Secretariado e à Comissão Executiva, e regresso ao país. Entre outras tarefas, passo a ter a responsabilidade do "Avante!", colaborando na sua redacção, tarefa a que já estava relativamente habituado porque a realizara antes da minha prisão, em 1961. No interior do país, era eu o único membro do Secretariado que acumulava essas funções com as de membro da Comissão Executiva. Quando se dá o 25 de Abril, eu pertencia simultaneamente ao Secretariado e à Comissão Executiva.

ESCALADA DA TORTURA

Qualquer regime fascista é incoerente em si próprio e o seu fim é a sua destruição. O regime fascista em Portugal não é excepção. Que o regime fascista português que o seu fim é a sua destruição, não é excepção. Que o regime fascista português que o seu fim é a sua destruição, não é excepção. Que o regime fascista português que o seu fim é a sua destruição, não é excepção.

Não dar tréguas ao fascismo

Os fascistas não são apenas inimigos da liberdade, são inimigos da humanidade. O fascismo é a negação da humanidade. O fascismo é a negação da humanidade. O fascismo é a negação da humanidade. O fascismo é a negação da humanidade. O fascismo é a negação da humanidade.

ALIAR À LUTA ANTIFASCISTA os patriotas das forças armadas

A luta antifascista não é apenas uma luta política, é uma luta humana. A luta antifascista não é apenas uma luta política, é uma luta humana. A luta antifascista não é apenas uma luta política, é uma luta humana. A luta antifascista não é apenas uma luta política, é uma luta humana. A luta antifascista não é apenas uma luta política, é uma luta humana.



«Eleições»: cresce a oposição popular ao regime fascista

No último "Avante!" clandestino, não é por acaso que um dos artigos da primeira página, redigido por mim, aborda o tema da unidade de acção com as Forças Armadas. A Comissão Executiva do nosso Partido estava a acompanhar de perto o movimento dos capitães que depois fizeram o 25 de Abril. Quando esse movimento libertador eclode, encontrava-me em Portugal. Não vou dizer onde estava a viver nessa altura porque creio que até este momento ainda ninguém me associou à casa onde então vivia. A minha fisionomia de antes do 25 de Abril não era rigorosamente aquela com que apareci, dias depois, na Cova da Moura, para falar com o ex-general Spínola, então Presidente da Junta de Salvação Nacional.



O 25 DE ABRIL



Logo no dia 28 de Abril, uma delegação do Comité Central do Partido Comunista Português foi à Cova da Moura falar com os representantes da Junta de Salvação Nacional.

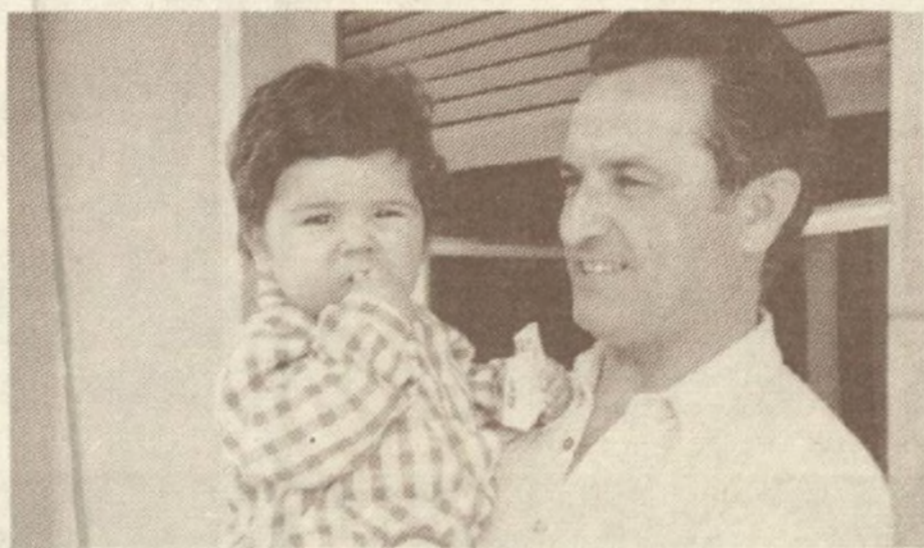
A ideia com que ficámos nessa altura foi que o ex-general Spínola não simpatizava nada connosco, mas não tinha outro remédio senão tomar na devida conta a existência e a força do nosso Partido. Aliás disse-o, mais ou menos por estas palavras: "Eu sei que estou a falar com os representantes de uma organização excepcional, com o Partido mais forte e bem organizado de Portugal. Portanto, estou interessado em discutir convosco alguns problemas".



Nos dias a seguir ao 25 de Abril, continuava a haver presos políticos e a própria PIDE não estava extinta sequer. Havia que fazer avançar o processo e, portanto, aparecermos em público foi de facto uma medida audaciosa que visava impulsionar o movimento de massas, o que na verdade se veio a verificar. Outra medida bastante audaciosa do nosso Comité Central foi a chegada, dias depois do 25 de Abril, do nosso camarada Álvaro Cunhal. Na verdade, os factos vieram a comprovar quanto foi justo o aparecimento rápido, audacioso, combativo, revolucionário do Partido Comunista Português, colocando-se abertamente à frente das massas populares, no sentido de fazer com que a Revolução do 25 de Abril não ficasse apenas numa substituição do Governo, mas na liquidação da ditadura fascista.

Os primeiros comícios de Octávio

O problema que se punha nessa altura era o estabelecimento real das liberdades democráticas. Era o problema da unidade das forças democráticas e o estabelecimento prático, real, dessa aliança no plano político.



Octávio com o filho nascido já em liberdade

Unidade das forças democráticas, aliança povo/MFA. Foi nesse contexto que surgiram as comemorações do 1.º de Maio. Nós lutámos imediatamente para que o 1.º de Maio fosse feriado e se pudessem fazer pela primeira vez grandes manifestações na mais ampla liberdade. Foi essa uma das reivindicações que apresentámos à Junta de Salvação Nacional e ao próprio Spínola, que a

esse respeito não deixou de mostrar temores e hesitações. Nós sabíamos perfeitamente que a manifestação do 1.º de Maio era um factor que podia ser decisivo para o futuro da nação portuguesa, não apenas pelo seu significado, mas pela forma como decorresse. Nesse sentido, solicitámos à Junta de Salvação Nacional que nos autorizasse a ir à Televisão fazer um apelo para que o 1.º de Maio constituísse uma manifestação unitária de combate, mas serena, imune a eventuais provocações que pudessem surgir, na medida em que os olhos do mundo estavam virados para Portugal. Foi flagrante a hesitação de Spínola em anuir a esta pretensão. Deu autorização, depois retirou-a, mas por fim conseguimos fazer valer os nossos pontos de vista e fomos à Televisão na véspera do 1.º de Maio, apelar para a classe operária, para todo o povo português, no sentido de transformar o 1.º de Maio numa grande manifestação de combate e unidade que não desse de maneira nenhuma azo a que forças reaccionárias pudessem criar dificuldades.

A Revolução Portuguesa tem-se processado com dificuldades constantes, e quem por vezes desanima ou descrê da nossa Revolução não compreende que vivemos uma situação em que a correlação de forças tem sido muito nivelada: cada avanço do processo revolucionário tem sido sempre feito depois de vencida a oposição variada, constante, tenaz e furiosa das forças reaccionárias.



Para nós, assegurar as liberdades democráticas só seria possível na medida em que os monopólios fossem liquidados e destruído o aparelho de Estado em que assentavam. Essa era a condição fundamental para que, na verdade, o país pudesse ser encaminhado numa via verdadeiramente democrática. Daí nós dizermos que ou o povo português destruíra os monopólios e os latifundiários, ou eram eles que acabariam a breve prazo por destruir as liberdades democráticas. Esta foi uma questão primordial numa fase decisiva do processo revolucionário. Sem as nacionalizações da banca e dos seguros e a seguir de algumas indústrias básicas, depois do 11 de Março, sem a

Reforma Agrária e a sua aplicação através de um grande movimento revolucionário de massas, não haveria democracia, nem estaríamos agora em vésperas de eleições presidenciais.

A conquista das liberdades democráticas, a descolonização, as nacionalizações, a Reforma Agrária, o controlo operário, tudo isso são partes integrantes do conjunto do processo de consolidação da democracia que levou à eleição duma Assembleia Constituinte e à elaboração duma Constituição que não tem de maneira nenhuma o apoio das forças reaccionárias. À medida que os trabalhos da Constituição se ultimavam, cresceu a agressividade das forças da reacção, dentro e fora da Constituinte, e ao mesmo tempo assistimos a uma convergência cada vez mais acentuada das posições dos deputados socialistas e comunistas. Podemos dizer que as forças apostadas na recuperação capitalista e na recuperação do poder para a reacção estavam a mostrar, nessa altura, um ímpeto capaz de pôr em perigo, alterar e fazer retroceder o nosso processo democrático. A batalha travada na parte final da Constituinte foi, no entanto, altamente positiva e contribuiu sem dúvida nenhuma para que nas eleições ultimamente realizadas tivesse sido possível às forças democráticas e progressistas impor uma derrota à direita e assegurar uma maioria — apenas numérica — às forças de esquerda. Mas essa força numérica pode realmente transformar-se numa maioria real de esquerda e é nesse sentido que continuamos a trabalhar. A apresentação da minha candidatura às eleições para a Presidência da República visa precisamente contribuir, na medida das nossas possibilidades, para a concretização prática, real, dessa maioria de esquerda.



“A campanha da minha candidatura será animada por um espírito construtivo e unitário, pela finalidade de ser uma contribuição positiva para a solução dos problemas nacionais, para a estruturação e composição política dos órgãos do Estado, que permitam assegurar em ordem e em paz o prosseguimento do processo democrático.”

(da Declaração de candidatura de Octávio Pato)

ABM